

A NOVA ÁFRICA, A NOVA ÍNDIA E O NOVO MUNDO – O BRASIL – NOS ESCRITOS QUINHENTISTAS CHECOS*

por SIMONA BINKOVÁ
(Universidade Carolina de Praga)

Correndo agora meio milénio depois dos descobrimentos portugueses no ultramar, importa fazer um balanço dos nossos conhecimentos sobre a divulgação das informações a este respeito, pelo território dos países checos, particularmente na sua língua vernácula. Nos últimos anos, o tema dos descobrimentos geográficos tornou-se objecto de interesse de vários historiadores checos; sobretudo no campo de americanaística, os investigadores esforçaram-se por registar a importância das empresas marítimas no nosso contexto¹ merecendo atenção, também, a expansão portuguesa para o Norte da África². Por outro lado, as navegações dos portugueses ao redor do continente africano, as suas actividades no Oceano Índico, no Mar Vermelho e no Golfo Pérsico, tal como a actuação dos sucessores de Vasco da Gama na Índia, no Extremo Oriente e nas ilhas das especiarias, tal como se reflectiram nos escritos checos do século XVI,

têm ocupado muito menos espaço entre os trabalhos dos estudiosos.³

A Cosmografia Checa

Tida como uma das fontes mais importantes, tanto pela sua popularidade entre os leitores coetâneos, como pela amplitude geográfica e cronológica dos dados informativos (e, acrescente-se, pela relativa novidade das informações que contém) emerge a versão checa da *Cosmografia* de Sebastião Münster, traduzida por Zikmund de Púchov (Zikmund z Púchova) e publicada no ano 1554. Sublinhe-se que a *Cosmografia Checa* (Kozmografia česká⁴) se baseia em apenas uma das várias versões de Münster, publicadas no mesmo ano (1550): a saber, na latina⁵, muito mais ampla que a alemã (cuja visão do mundo e da sua história se encontra mais ligada à geografia e historiografia da Antiguidade do que ao mundo contemporâneo). A diferença entre

* Este artigo tem sido elaborado no marco do projecto científico da Faculdade de Filosofia da Universidade Carolina de Praga e do Ministério da Educação da República Checa MSM 0021620824.

¹ Comp. p.ex. Josef Polišíenský, “Centro da Europa, Portugal e a América que leva o nome Brasil”, *Ibero-Americana Pragensia*, XII, 1978, pp. 9–18; Oldřich Kašpar, “Les découvertes d’outre mer du Portugal et leur écho dans les pays de Bohême du XV^e au XVIII^e siècle”, em: *La Découverte. Le Portugal et l’Europe* (Actes du Colloque, Paris, 26–28 mai 1988), Paris 1990, pp. 309–318. Ver também Josef Polišíenský – Simona Binková, “As fontes para a história dos descobrimentos portugueses na Checoslováquia”. In: *A Abertura do Mundo. Estudos de história dos descobrimentos europeus*. Organização de Francisco Contente Domingues e Luís Filipe Barreto, Editorial Presença, Lisboa, vol. II, pp. 183–189. Mais referências ver

ao longo deste texto. Não nos referimos à problemática da América espanhola.

² A atenção dos checos foi atraída sobretudo pela morte do rei D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir, comp. Jiří Hrubeš, “Períodico de octavillas checo sobre la derrota de los portugueses en África en el año de 1578”, *Ibero-Americana Pragensia*, III, 1969, pp. 213–217; Kateřina Kozická, “O sebastianismo na literatura checa dos séculos XVI–XVII”, *Ibero-Americana Pragensia*, XXVI, 1992, pp. 33–45.

³ Comp. Miloslav Krása, “Počátky známosti Indie v českých zemích” (Os começos do conhecimento da Índia nos países checos), *Sborník historický*, 1971, pp. 149–181.

⁴ Zikmund z Púchova, *Kozmografia česká: To jest vypsání o položení krajín neb zemí...*, Praha 1554.

⁵ Sebastian Münster, *Cosmographiae universalis libri VI*, Basileae 1550.

ambas é fundamental e a atitude do tradutor, ao escolher a versão que mais correspondia ao estado actual que se tinha dos conhecimentos geográficos na Europa central naquela época, caracteriza a obra checa e demonstra que o público-alvo tinha um real interesse em obter informações actualizadas. Esta tendência vê-se reforçada pelo facto de se terem incluído na *Cosmografia Checa* trechos de textos não procedentes da obra de Münster mas traduzidas de outros autores centro europeus da época, como vamos comprovar mais adiante.

A *Cosmografia checa*, à semelhança do seu modelo latino, está dividida num grande número de capítulos, por sua vez agrupados em secções mais gerais. Os capítulos introdutórios dedicam-se aos temas bíblicos (a criação do mundo e do Homem), às condições naturais da Terra (forma de esfera, seu tamanho e recursos naturais) e as particularidades dos três continentes conhecidos pela seguinte ordem: Ásia, África e Europa. Nas três secções mencionadas, aparece a temática dos descobrimentos portugueses.

Uma referência geral à época das navegações marítimas, registando-se os assuntos mais importantes por ordem cronológica, encontrámo-la na secção dedicada à História da Europa, nomeadamente de Portugal (cap. “Sobre o Reino de Portugal e a ordem dos seus reis”)⁶. Nos parágrafos dedicados aos reis da dinastia de Avis (D. João I, seus filhos e descendentes), o leitor checo obtém uma visão panorâmica dos acontecimentos:

“Este João cousas grandes realizou. Arrebatou aos sarracenos a esplendorosa cidade de Ceuta⁷. Teve vários filhos, dos quais os portugueses consideram santo a Fernando pela castidade da sua vida e pela sua devoção. E este Fernando, ao ser preso em combate pelos sarracenos, levou a sua vida com tal paciência (sendo vigiado entre eles) que sustentou não somente a si mesmo, mas também a um criado, com mover a pedra de moer, por ser submetido pelos bárbaros a sustentar-se por aquele trabalho. O Henrique, por sua parte, descobriu as novas ilhas no mar Atlântico, e por ser bom matemático ficou a viver para a arte de astronomia, sem entrar no estado de casado, passando a sua vida numa saliência terrestre ao mar que se chama o cabo de São Vicente. Escolheu esse sítio para viver pela razão de ser ali o céu raramente encoberto. Morreu no Ano do Senhor de 1460.

Ao ser proclamado Rei, D. Duarte, filho maior do dito rei D. João, sujeitou pela espada

as cidades africanas de Arzila, Tânger e Alcácer-Ceguer⁸ e as uniu com o Reino de Portugal...

...Depois, o irmão do rei D. Duarte, o infante D. Henrique, senhor de ânimo e valentia, como primeiro neste nosso século intentou a navegar longe e a procurar ilhas novas e desconhecidas. E chegou primeiro à ilha da Madeira⁹ que naquele tempo foi deserta embora o seu solo foi muito favorável para a colheita de diferentes frutas, particularmente para o cultivo da cana-de-açúcar que se plantou ali naquela altura e cresce lá em grande abundância. Para mais, o açúcar é tão bom que pela sua qualidade supera a muitos outros que em Europa se encontram. De Madeira, lançou-se para mais adiante e chegou às ilhas Canárias, ou Afortunadas, e de ali seguiu a navegar ao redor da África e encontrou muitas cousas raras.

Depois de vários anos, o Rei D. Manuel reuniu um grande número de navios e no Ano do Senhor de 1500 os mandou ao Ocidente, Sul e Oriente. Por meio daquela navegação chegou a saber cousas inauditas. É que encontrou caminho, através do mar; para um novo mundo antes desconhecido e encontrou também outro caminho de Oeste para Este pelo qual se chega de Portugal à Índia donde procedem diferentes especiarias.” (f. 168)

Nestes parágrafos resumem-se, pois, os dados mais importantes do período que vai desde 1415 até 1500: a conquista das fortalezas norteafricanas em Marrocos, a colonização das ilhas atlânticas da Madeira e das Canárias, a circum-navegação da África, a chegada pelo mar à Índia e, sem o referir neste lugar explicitamente, também a chegada ao Brasil (quando se fala de navegação transatlântica e do descobrimento do “novo mundo, antes desconhecido”).

Também o panorama dos reis de Portugal e de outros membros da Casa Real que tinham desempenhado um papel importante na expansão (D. João I e os seus filhos D. Duarte –futuro

⁶ *Kozmografia česká*, ed. cit., ff. 167v–168v.

⁷ Em checo: “*město Septenské*”. Ibid., f. 168.

⁸ Em checo: “*Zelyam, Týgem a Alkazar, města africká*”. Ibid. A diferença do que se diz no texto, Alcácer Ceguer foi conquistado em 1458, Arzila e Tânger em 1471, ou seja no reinado de Afonso V, filho do rei D. Duarte.

⁹ Em checo: “*do ostrovu Medery*”. Ibid.

Rei-, D. Henrique e D. Fernando; e o Rei D. Manuel) é bastante completo, embora não se mencione nem D. Afonso V, nem D. João II como promotores da expansão.

As actividades económicas dos portugueses ligadas ao comércio das especiarias, são avaliadas, segundo a opinião dos autores europeus, antes negativamente acentuando-se o monopólio português como algo nocivo. Crítica-se também o suposto esforço de evangelização, que somente encobre interesses de benefício material:

“Acha-se que tal navegação dos portugueses prejudica e faz mal a toda a Europa, particularmente a do Ocidente. Sobre o tema, Paulus Jovius¹⁰, homem douto da Itália, escreve que, pela navegação dos portugueses, não somente se cerra o caminho de outras nações à Índia, senão que os portugueses se apoderam também com alto lucro das melhores especiarias vendendo-las o mais caro possível, o que é o pior de tudo. Embora digam que pelas suas navegações não procuram outra coisa senão a divulgação geral da fé cristã, tal é somente um engano, já que, na realidade, não pensam em outra coisa senão em benefício próprio, como fazem todos os demais comerciantes e, nomeadamente, os mais eminentes. Mas Damião, nascido em Portugal¹¹, defende a sua pátria justificando que isto não é culpa dos portugueses senão de aqueles que compram e logo vendem a outros. Assim, os diferentes revendedores que procuram somente o seu próprio proveito, prejudicam tudo antes de chegar a nossas mãos e os mesmos não consideram nenhuma coisa como boa, divina e salvadora se não for relacionada com o lucro. Por essa razão, os supremos deste mundo não deveriam suportar pessoas tão nocivas, antes bem erradicá-las com maior diligência, tal como os judeus, peste local.” (f. 168v)

Nas demais partes da *Cosmografia checa*, a temática dos descobrimentos portugueses apresenta-se sob dois pontos de vista: o sincrónico, ou seja, tomando em conta o estado de conhecimentos que se tinha na Europa (e, nomeadamente, na Europa central) sobre as regiões do Ultramar no momento em que se redigiu a obra, independentemente de serem conhecidas desde a antiguidade ou de serem descobertas recentes; e o diacrónico, expondo a história dos descobrimentos geográficos e apresentando a rivalidade hispano-portuguesa nesta área.

A atitude sincrónica, descritiva, aparece em geral na secção dedicada à Ásia. Ali se apresen-

tam as diferentes regiões e cidades da Arábia, da Índia e da actual Indonésia: cf. por exemplo, os capítulos “Que especiarias crescem na Arábia Feliz” (ff. 56v–57), “Aden, cidade do comércio na Arábia Feliz, e outra cidade que se chama Agaz” (f. 58v), “Da cidade chamada Ormuz e das pérolas que perto dela se colectam” (f. 61), “Da Índia que mais perto da Europa se encontra, diante do rio chamado Ganges” (f. 75). Em todos estes capítulos fazem-se referências às especiarias e outras plantas ou recursos naturais como objecto de comércio, aos animais exóticos, à gente nativa e seus costumes.

No seguinte, escreve-se “Sobre a Índia que se encontra para lá do rio Ganges” (ff. 79v–80) e “Sobre as diferentes artes humanas que se encontram na Índia e noutros lugares” (ff. 80–80v) onde se discorre sobre um tema popular das idades Antiga e Média: malformações de seres humanos. As informações baseiam-se em autores como Plínio, Megasthenes, Santo Agostinho, Isidoro e outros.

No capítulo “Aurea Chersonesus” –dedicada a Malaca, considerada uma ilha– aparece pela primeira vez uma referência explícita ao comércio português de especiarias. Diz-se:

“Esta ilha chama-se assim pela sua preciosidade. Traduz-se o nome como Ilha Dourada por se encontrar nela ouro, pedras preciosas e uma abundante variedade de especiarias.

As árvores verdejam sempre e dão fruta continuamente. Neste tempo chama-se Malaca e há um grande armazém nela. Os portugueses trazem actualmente de lá para estes países grandes quantidades de espécies. Não é que naquela ilha cresça toda a especiaria porque quase não se dá outra senão a pimenta, mas porque levam lá de outras ilhas afastadas outras espécies, como canela, cravos, noz-moscada e maçãs. Levam-nas em barcos que não estão ajustadas com nenhum ferro, senão somente com cabos de palmei-

¹⁰ Paolo Giovio (1483–1552), historiador italiano, autor de várias obras, p. ex. *Historiarum sui temporis libri XLV*, Firenze, 1550–1552, 2 vols., que abrange os anos 1494 a 1547.

¹¹ Evidentemente, Damião de Góis (1501–1573), historiador português, autor das crónicas do rei D. Manuel (Lisboa, 1566, 4 vols.) e do príncipe João (Lisboa, 1567) e da descrição dos primeiros descobrimentos portugueses *Commentarius rerum gestarum in India citra Gangem a Lusitanis* (1539).

ras e cujas velas são trançadas de ramos de palmeiras e de forma redondeada. Eles chamam tais barcos juncos.” (f. 82)

Um outro ponto de vista, de interesse pela história da presença lusa na Índia, aparece no capítulo sintomaticamente intitulado “Como neste tempo foi conhecida a Nova Índia” (ff. 82v–83). Nele, faz-se referência às cidades e reinos de Cambaia, Adem, Diu, Goa, Daquém e às circunstâncias da guerra com os turcos pelo poder nesta região, nos anos trinta do século XVI (ff. 82v–83).

Há também a descrição dos reinos de Narsinga (Bisnaga) e Cananor (ff. 83v–84), e de Calecut (ff. 85–85v). A *Cosmografia* contém igualmente breves capítulos sobre os recursos minerais: “Do diamante, pedra preciosa” (ff. 83–83v), e sobre os animais exóticos: “Como na Índia utilizam os elefantes para o combate” (ff. 84–84v), “De rinoceronte, que em checo pode chamar-se *nosorožec*” (f. 85). A designação para o rinoceronte foi introduzida na língua Checa como decalque através do Latim (originalmente do Grego). O aspecto do animal despertou tanta atenção na Europa ao ser trazido para a corte portuguesa que a sua descrição aparece em quase todas as crônicas contemporâneas, às vezes com a famosa gravura de A. Dürer. Também na *Cosmografia Checa* se escreve:

“No Ano do Senhor de 1513, o dia primeiro de Maio, foi trazido a D. Manuel, Rei de Portugal, um rinoceronte vivo da Índia, malhado de cor amarelenta à maneira de sapo grande, coberto de cascas grandes e poderosas, parecidas a broqueles ou escudos, tão grande como um elefante, só de pernas mais baixas. Tinha um corno forte e agudo nas narinas... No Ano do Senhor de 1515, D. Manuel, Rei de Portugal, fez um espectáculo em Lisboa, soltando juntos um elefante e um rinoceronte, teatro decerto raríssimo, no que o elefante foi vencido.” (f. 85)

No seguinte, descreve-se a cidade de Calecut e a religião hindu (“Calecut”, f. 85–85v), a estratificação social e os costumes do povo (“Dos hábitos dos hindus em Calecut”, f. 86); refere-se à fauna (“De pássaros e animais de Calecut”, f. 87) e, com particular detalhe, às especiarias da região, em dois capítulos (“Que especiaria cresce no reino de Calecut”, f. 86v, e “Donde chega a especiaria a Calecut”, f. 87v). Maior interesse atraem, naturalmente, a pimenta e o gengibre; o aspecto das plantas, dos seus frutos (no caso da pimenta), a sua colheita e a subsequente seca-

gem ou, no caso do gengibre, a reprodução da sua raiz. Menciona-se também a canela, o cravo, a noz-moscada, as maçãs e muitas outras espécies, plantas e produtos pouco ou nada conhecidos na Europa.

Nos outros capítulos referem-se sobretudo as mercadorias, objectos de comércio nas diferentes regiões, não somente da Índia ou Indonésia (“Da ilha chamada Ceilão e da canela”, f. 88; “Da cidade de Tarnaseri [sic] e dos costumes do seu povo”, f. 88; “Da cidade e do reino chamados Pegu”, f. 88v; “Ilha de Sumatra”, f. 88v; “Ilha de Bornéu”, f. 90; “Giava [sic] Ilha”, f. 90; “Ilha de Java”, f. 90), mas surpreendentemente também da África (“Ilha de Madagáscar”, f. 90v; “Ilha de Zanzibar”, f. 90v). Nas ilhas africanas comercializava-se, entre outros, sândalo, marfim, ambra e baleia. A inclusão daqueles territórios neste contexto deve-se evidentemente ao conhecimento e utilização, pelo autor da publicação original, i.e., Sebastião Münster (eventualmente seus predecessores), do texto de Marco Polo que descreve precisamente os mesmos territórios, os mesmos sítios. Na mesma fonte parece ter origem o capítulo “De duas ilhas em que os homens e as mulheres vivem separada e diferenciadamente” (f. 91).¹²

O que se segue é uma informação relativamente ampla sobre “O império de Catai” e de outros países do Oriente (ff. 91–94).

¹² O livro de Marco Polo atraiu muita atenção do público europeu desde a sua redacção. A sua tradução para o checo é de uma data muito temprana, fez-se ao redor do ano 1400 (é uma das primeiras traduções à uma língua nacional, pelo menos no âmbito centroeuropeu, e a primeira para uma língua eslava). Também a tradução para o português deve-se a um habitante dos países checos – o tipógrafo Valentim Fernandes de Morávia. Embora surgiu muito antes da chegada dos portugueses ao Oriente, influenciou muito na imagem renascentista e humanística que os europeus tinham dos países asiáticos, segundo pode observar-se inclusivamente na mesma *Cosmografia*. A versão do Milhão mais divulgada pela imprensa foi a publicada pelo veneziano Giambattista Ramusio na sua colecção “Navigazioni e Viaggi” (t. 2, 1559) que no seu prólogo contém várias alusões ao historiador português da época dos descobrimentos marítimos João de Barros. Esta edição é, pois, a que une a informação ainda medieval com a experiência da Idade Moderna.

As informações mais recentes sobre as navegações dos povos ibéricos estão apresentadas na subsecção chamada “De novas ilhas, como, quando e por quem foram descobertas” (ff. 94–117 v). Em primeiro lugar, presta-se atenção às primeiras três viagens de Cristóvão Colombo, entre 1492 e 1501. Logo depois, apresenta-se resumidamente a história da repartição da Terra pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, a chegada dos portugueses à Índia e às Ilhas Molucas, tudo no capítulo “Os portugueses procuram novas ilhas no Oriente” (ff. 97v–98v):

“E quando os espanhóis de Castela procuraram no Ocidente as novas e desconhecidas ilhas, os portugueses tentaram o mesmo no Oriente. E para que uns não fossem obstáculo para os outros, se dividiram o mundo pelo poder papal, de Alexandre VI, de maneira que das ilhas chamadas Hespérides, ou Capitis Viridis, uns navegassem para o Ocidente, e os outros para o Sul. E todos os países desconhecidos que se encontrassem ao Oriente, que sejam dos portugueses, e os que ficassem no Ocidente, que passassem ao poder dos castelhanos.

E aconteceu que os castelhanos navegaram pelo Sul ao Ocidente onde encontraram uma terra contínua e muito grande e muitas outras ilhas grandes, e em elas ouro, pérolas, pedras preciosas e outras riquezas copiosas em abundância. Os portugueses, pela sua parte, se dirigiram pelo Sul e pelas costas das ilhas que se chamam Hespérides, passando o Equador e o Trópico do Câncer[!]¹³, ao Oriente e chegaram através das baías Árabe e Pérsica, às costas da Índia para lá do Ganges, onde no presente há a feitoria mais esplêndida e o reino de Calecut. Dali navegaram à Taprobana, que actualmente se chama Zâmara e Sumatra¹⁴, dali passaram a Auream Chersonesum onde se encontra Malaca, cidade prestigiosa e maior armazém do Oriente. Dali se dirigiram pela baía grande e chegaram ao povo sinarês¹⁵. Não longe da cidade de Malaca há ilhas que se chamam Molucas nas que cresce diferente especiaria que dali se vende a Malaca. Por isso, inventaram caminho para que também os castelhanos pudessem navegar às ilhas Molucas e dali transportassem mais facilmente e com menores custos e mais barato as espécies a Castela. O caminho de navegação foi pensado tal que deviam atingir o Oriente navegando do Ocidente rumo ao hemisfério sul. O assunto pareceu primeiro muito difícil por ser coisa insegura se ao longo do mar o Oriente

ficasse separado do Ocidente por uma terra ou se fosse possível atingir o dito lugar pelo mar. É que ainda se ignorava se a terra grande, que se chama Firme, separava o mar ocidental do oriental. Mas souberam bem que aquela nova terra contínua se dirigia a Sul e dali outra vez ao Ocidente. E ademais, encontraram mais duas outras terras ao Norte, uma chamada Terra dos Bacalhaus e a outra Terra Florida, que caso se unissem com a Terra chamada Firme, não seria possível chegar do Ocidente ao Oriente...” (ff. 97v–98)

Segue uma minuciosa descrição da viagem de Fernão de Magalhães ao serviço de Carlos V, no capítulo “Magalhães, através do mar estreito, passou ao Oriente a ilhas várias onde também se morreu” (ff. 98v–99v), e da continuação da navegação, no de “Os espanhóis chegaram às Molucas” (ff. 99v–100). Depois, a atenção volta-se para a figura de Colombo. É muito interessante observar que, diferindo de numerosos escritos contemporâneos –que acentuam em tal medida a importância de Américo Vespúcio que até esquecem praticamente o Almirante–, na *Cosmografia Checa* (claro está que tomado da versão latina de Münster) o papel descobridor de Cristóvão Colombo encontra-se devidamente avaliado:

“...muito antes [Colombo] tinha achado ilhas desconhecidas, e aquela terra inteira, que chamam o Novo Mundo, mas não descobriu o mar pelo qual se atravessa por ela até ao Oriente.” (f. 100)

Na série de capítulos seguintes comentam-se acontecimentos que levaram ao reconhecimento das costas sul-americanas e que, na época moderna, podemos considerar como as primeiras navegações em que se avistou ou tocou o actual território brasileiro, seja ao serviço dos reis de Castela ou dos de Portugal: “Pedro Alonso na procura de novas ilhas” (ff. 100v–101); “Pinzón, companheiro do Almirante, procurando novas ilhas” (ff. 101–101v); e toda uma

¹³ O Trópico do Câncer fica, naturalmente, no hemisfério norte, depois se chega às Ilhas de Cabo Verde e ao Equador. O Trópico referido deve ser o do Capricórnio.

¹⁴ Taprobana foi uma denominação antiga que se atribuía ou à ilha de Ceilão ou à ilha de Sumatra.

¹⁵ Provavelmente referência a Sião.

secção “Das quatro navegações de Américo Vespúcio às novas ilhas” (ff. 101v–104). A mesma contém “A primeira navegação de Vespúcio” (ff. 101v–102) realizada supostamente entre 1497 e 1499, ao serviço do rei D. Fernando de Castella (de Aragão) dirigida à região entre os 16° de latitude sul até ao Trópico do Câncer [!]. O leitor checo pode ler as seguintes informações acerca dos indígenas antropófagos, encontrados no primeiro dos territórios contactados:

“Mantêm luta e guerra com os seus vizinhos, que falam outro idioma que eles. Mas não lutam para ampliar o seu reino, porque não têm nenhuma administração suprema, nem por riqueza alguma, satisfazendo-se com aquilo que têm, mas por vingar a morte dos seus antepassados. À refeição praticam costumes sumamente bestiais. Sentam-se grosseiramente na terra e não tem toalhas de mesa nenhuma. Deitam-se em uma espécie de grande tecido de seda pendurado no ar... Raramente comem outra carne senão a humana. Matam e comem todos seus inimigos que capturam...” (f. 102)

“A segunda navegação de Vespúcio” (f. 102v), iniciada em “Maio do ano seguinte”, quer dizer, em 1500, e dirigida baixo do Equador, notifica da chegada à famosa Ilha dos Gigantes e, de volta, às Antilhas achadas nos anos anteriores por Colombo. “A terceira navegação de Vespúcio” (ff. 103–104) descreve a viagem ao serviço do rei D. Manuel de 1501 a 1502, que constituiu o mais importante dos reconhecimentos da costa do subcontinente sul-americano que, por fim, deu o nome às terras antes desconhecidas. Na Europa, o resultado daquela navegação ia sendo divulgado rapidamente em várias línguas, através das traduções da celeberrima impressão da carta de Vespúcio a Lorenzo di Pierfrancesco de Medici, conhecida pelo nome de *Mundus Novus*.¹⁶

No capítulo “A quarta navegação de Vespúcio” (ff. 103v–104) narra-se a frustrada expedição ao Oriente, na qual a sua armada passou pelas Ilhas de Cabo Verde e pela Serra Leoa, sofrendo na etapa seguinte um naufrágio, que obrigou a tripulação a voltar a Portugal.

O interesse da *Cosmografia checa* centra-se logo nas conquistas portuguesas efectuadas nas Índias Orientais, concretamente em Malaca e Goa, pela actividade de Afonso de Albuquerque em 1510 a 1511, tratada no capítulo “Conquistados e dominados pelo rei de Portugal

alguns sítios da Índia” (ff. 104–104v). Para nos dar uma ideia do volume de informações sobre os acontecimentos, obtidas pelo público checo, traduzimos este capítulo na íntegra:

“Quando, nos anos seguintes, os navios navegavam com frequência do Ocidente, pelo Sul, para o Oriente e os lusitanos já tinham encontrado um caminho marítimo seguro, aconteceu que os mesmos lusitanos enviaram às regiões do Oriente algumas tropas, encarregado o comando supremo sobre eles pelo rei D. Manuel a um tal Afonso¹⁷, para vingarem os prejuízos e injustiças sofridas pelos portugueses.

Para isso, dirigiram-se a Aurea Chersonesus, chamada pelos habitantes Malaca, cidade muito grande -administrada por um rei mouro, porque a seita maometana se espalhava até ali e pensavam conquistá-la. Os portugueses, dando batalha aos sarracenos e matando muitos inimigos, apoderaram-se da cidade, ocuparam-na, saquearam-na e queimaram-na.

O próprio Rei, em um elefante, participou no combate e sendo gravemente ferido, fugiu com outros mouros restantes. Naquela batalha pereceu um grande número de inimigos com baixas insignificantes dos portugueses. Muitos dos inimigos foram capturados junto com um butim enorme, no qual foram sete elefantes e cerca de dois mil instrumentos de guerra variados, de latão.

Conquistada a cidade e repelidos os inimigos, Afonso, para benefício dos cristãos, mandou construir um fortíssimo castelo na boca do rio que atravessa a cidade pelo meio.

¹⁶ Também no checo se fez uma tradução contemporânea – por volta de 1506 – do dito documento, completada por dados de outras fontes e publicada pelo tipógrafo Mikuláš Bakalář na cidade de Plzeň; desta forma, pode-se ler em terras checas sobre estes descobrimentos geográficos já no primeiro decénio do século XVI. Ver *Spis o nových zemiích a o novém světě, o němžto jsme prve žádně známosti neměli ani kdy co slýchali* (Tratado das novas terras e do novo mundo de que antes não tivemos nenhum conhecimento, nem ouvimos nada dele, Plzeň, s.a.). A mais recente edição fac-simile, transcrição moderna, comentários e traduções para diferentes línguas comp. em Pravoslav Kneidl, *Spis o nových zemiích a o novém světě*, Praha, PNP 1981.

¹⁷ Afonso de Albuquerque (1462–1515), representante militar e administrativo português na Índia, Vice-rei entre 1509–1515.

Houve naquela altura, isto é no ano 1512, na cidade de Malaca numerosos comerciantes forasteiros e de nações estrangeiras que, pelos negócios, se dirigiram à cidade a qual encheram em busca de grandes riquezas e diferentes espécies. E aqueles pediram a Afonso bondosamente a paz e foram gentilmente acolhidos por ele. E para que pudessem viver com maior segurança, se lhes permitiu edificarem as suas moradas ao redor do castelo. No presente, o armazém que está aqui é muito maior e excelente que o anterior.

Tendo arranjado de tal maneira as cousas na cidade de Malaca, Afonso deixou naquela fortaleza seiscentos homens valentes de guarda e voltou para a Índia. Ali, encontrou a cidade de Goa, o castelo mais importante que –faz anos e com grande perigo dos nossos e ainda maior perecer dos inimigos– tinha conquistado e entregado ao poder do rei D. Manuel, encontrou-a pois sitiada pelos mouros. Deu-lhes guerra e obrigou-os a dar-se por vencidos.

Logo vieram a ver Afonso também os emissários do Rei de Narsinga, do Rei de Cambaia, do Rei de Grozape [sic] e de outros muitos reis e príncipes, para pedir a paz, entregando cada um deles presentes dos seus reis.” (ff. 104–104v)

As mesmas notícias, e outras ainda com maior detalhe, sobre a actuação de D. Afonso de Albuquerque (cujo nome resulta deformado em *Alfonsus z Albiecher*) em Malaca e na Índia aparecem na tradução para Checo da afamada carta do rei D. Manuel ao Papa Leão dada em Lisboa no dia 6 de Junho de 1513. Este texto não foi publicado na *Cosmografia* de Sebastião Münster. Zikmund de Púchov serviu-se, neste caso, de uma outra fonte de informações –um outro panorama da História muito lido naquele tempo–, o *Weltbuch-spiegel* de Sebastião Frank¹⁸ que, apesar de utilizar ainda –como era característico da época– os conhecimentos e opiniões geográficas de autores da Antiguidade, pôs conscientemente muita ênfase também em autores modernos e, em muitos casos, participantes e testemunhos oculares dos descobrimentos e viajantes que costuma citar ao longo do texto (p.ex. Varthema, Nicolas Veneto, Cadamosto, Colombo, Vespúcio, Cortés). A sua obra divide-se em quatro livros: Ásia, África, Europa e também América (que, diferindo das citadas *Cosmografias* de Münster bastante posteriores, aparece sob a forma de um capítulo independente). Incorporam-se no seu texto também notícias dos “novos mundos e ilhas”.

A iniciativa do tradutor checo da *Cosmografia* do Münster vai para além do mero trabalho de tradutor; nota-se nele um evidente esforço para conseguir e incluir mais novidades sobre assuntos actuais, sem depender de uma única fonte de informações.

Entre o capítulo que se debruça preponderantemente sobre o Oriente (ff. 104–104v) e o que apresenta as cartas de Fernão Cortés de Mexico (f. 105 ss.) vê-se incluído outro não pertencente a esta secção, tirado de Münster: o capítulo “Da Madeira e das Ilhas Canárias” (f. 104v). A mesma temática aparecerá outra vez na secção intitulada “Da segunda parte do mundo, quer dizer, da África” (ff. 118–148). As informações básicas sobre a África do Norte, particularmente sobre a Mauritânia, Túnis ou Egipto, fundam-se nos autores antigos, especialmente Ptolomeu. Segue-se uma subsecção de especial interesse, por apresentar as descobertas e conquistas de todo um século, com o título de “Descrição da Nova África” (ff. 142v–148). No seu início diz-se:

“Nos tempos actuais navega-se ao redor de toda a África, a saber desde a Hispânia até o Egipto e Calecut, mas ainda não conhecemos perfeitamente os países do interior da África, salvo o que se sabe sobre o Preste João e o seu reino que se diz ser na África posterior...” (f. 143)

Volta a fazer-se uma outra menção à ilha da Madeira, referindo-se o facto de os portugueses a terem povoado e de cultivarem lá a cana-de-açúcar e a videira. Depois do capítulo dedicado às Ilhas Canárias, à sua povoação nativa e às plantas e frutos seguem-se os capítulos: “Do Cabo Branco e das ilhas adjacentes” (f. 143v) fazendo-se referencia a Darguim como um grande centro de comércio, visitado também pelos portugueses; “Do povo que chamam Azaneies” (f. 143v) situado entre o Cabo Branco e a “terra dos negros”, com referências a Tagaza [sic], Timbuctou e Mella [sic], aos jazigos de sal e ao comércio dos portugueses; “Da baía do rio Senegal e a região circumvizinha” (ff. 145–146) que

¹⁸ Sebastian Franck, *Weltbuch-spiegel und Bildniss des gantzen Erdbodens*, Tübingen 1534. Comp. também Oldřich Kašpar, *Nový svět v české a evropské literatuře 16.–19. století* (O Novo Mundo na literatura checa e européia dos séculos XVI–XIX), Praha 1980, pp. 60–63.

descreve a sua posição geográfica, a povoação, a flora e fauna e, também, o comércio dos negros do reino do Senegal; “Do Cabo Verde e do reino da Gâmbia” (ff. 146–147) e, por fim, “Do Cabo da Boa Esperança e a região adjacente” (f. 147). Aqui diz-se:

“*Longe do Cabo Verde e do reino da Gâmbia chega-se ao Cabo da Boa Esperança, que é um escolho até ao mar denominado por Pompónio «a frente da África», isto é onde a África parece terminar, dobrando pouco a pouco para Norte e Oriente. Aqui é o fim da terra africana, desconhecida de Ptolomeo... Porém, mais adiante do cabo situa-se o reino de Melimeia [sic], a ilha de Sofala, muito abundante em ouro...*” (f. 147)

A seguir dá-se atenção ao Reino de Melinde como império do Preste João. O mesmo problema aparece ainda no capítulo “Do reino de Preste João” (ff. 147v–148) em que se explica o erro de o localizar na Índia, por confundir a Índia dos mouros e a asiática, e faz-se referência à carta do rei D. Manuel. No ano de 1534, o Preste João teria enviado vários homens sábios a Portugal para aprenderem a “língua hispana” e para compreenderem a sua religião. Tomando em conta a data da publicação da *Cosmografia checa* (1554) é uma das referências mais actuais referentes ao Ultramar português nesta obra.

Com isto, acaba-se a secção dedicada a África e a obra continua com a secção “Da Europa, a terceira e última parte do mundo” da qual já nos temos ocupado. Na *Cosmografia checa*, ao contrário do que acontecia com a *Cosmografia* de Sebastião Münster, não foram incluídos os mapas, quer o *mapa-mundi* com o traçado da América ou Ilha do Brasil, do Estreito de Magalhães, da Terra Florida, Cuba, Espanhola, etc., quer os da *Nova tabula Indiae, Africae nova descriptio* ou *Novus Orbis*, que apresentam também os territórios recém descobertos. As informações de Münster referentes a Portugal e aos seus descobrimentos, retomadas por Zikmund de Púchov, parecem basear-se principalmente nas obras de Damião de Góis, Luis de Cadamosto ou Américo Vespúcio, citados na introdução e na lista de autores. A obra de Münster conclui-se com a versão em hebreu e em latim da carta do Preste João a Roma.

Até pouco mais de meados do século XVI, a *Cosmografia checa* é, sem dúvida, a fonte mais ampla sobre as actividades portuguesas no ultramar produzida em língua checa. Contém informações sobre ilhas oceânicas, sobre alguns dos

pontos mais importantes situados na costa atlântica de África, sobre a circum-navegação do Cabo da Boa Esperança e a presença dos portugueses na Índia e regiões adjacentes, particularmente na época de Afonso de Albuquerque. Para além do geográfico, o maior interesse do livro centra-se no tema do comércio das especiarias. Nesta obra não passam despercebidos alguns pontos estratégicos da costa oriental africana nem o achamento de terra no Atlântico ocidental, mas como é lógico — e corresponde ao lento processo de exploração do Novo Mundo — o Brasil ainda não ocupa lugar de relevo nas informações sobre as terras descobertas por parte dos europeus.

Os portugueses nas Índias Orientais segundo o nobre checo

Cristóvão Harant de Polžice e Bezručice

A segunda fonte mais importante, escrita em checo, que trata da chegada dos portugueses à Índia, sobre as suas actividades comerciais em toda a Ásia, sobre os costumes dos povoados e outros assuntos similares, surge nos finais de quinhentos e é o relato da viagem dum membro da nobreza checa, Cristóvão Harant de Polžice e Bezručice (Kryštof Harant z Polžic a Bezručic, 1564–1621) à Terra Santa, efectuada em 1598.¹⁹ Naquela ocasião, Cristóvão visitou não só Jerusalém, mas também o Egipto e passou a interessar-se pela história e pela actualidade dos países remotos da África e Ásia. Completando as suas vivências e experiências próprias com uma ampla leitura de tratados históricos e geográficos, escreveu um livro dado à estampa no ano de 1608 (mais tarde, em 1638, seria traduzido para alemão e impresso, em 1678, em Nuremberga).

Nesta obra, o seu autor apresenta conhecimentos bastante profundos e amplos sobre a pro-

¹⁹ *Cesta do země svatě a do Egypta* (Viagem a Terra Santa e a Egipto), ms., publicado em checo em 1608. Edição moderna Kryštof Harant z Polžic a Bezručic, *Cesta z království českého do Benátek, odtud do země Svatě, země Judské a dále do Egypta, a potom na horu Oreb, Sinai a sv. Kateřiny v Pustě Arabii* (Viagem do Reino de Boémia a Venécia, de ali a Terra Santa, terra de Judea e mais adiante a Egipto, e depois até o monte de Oreb, Sinai e de Santa Catalina na Arábia Desértica), tomos I e II, Praga 1854. Esta edição seruiu-nos da fonte de citações.

blemática, dedicando-lhe todo um extenso capítulo (cap. 16 – “Discurso sobre as Índias Orientais, que países são, como os portugueses chegaram até eles e como até hoje os administram ali”, t. II, pp. 124–149). Para fazer este amplo panorama, Cristóvão Harant serviu-se de um notável número de obras que cita ao largo do próprio texto, não só para lhe dar maior credibilidade, mas –como ele próprio adverte em várias ocasiões– para que os interessados pudessem aprofundar o tema noutros escritos especializados. Entre os autores recomendados para o Oriente encontramos portugueses (Damião de Góis, Odoardo Barbosa, João de Barros, Osório), italianos (M. A. Pigafetta, Niccolo di Conti, Ludovico Varthema, Pietro Mafei, Ramusio, Botero) e também holandeses (Hugo de Lindschoten), para a Etiópia cita-se sobretudo Francisco Álvares; sobre o reino do Congo, p. ex. Duarte Lopes. Conhece também descobridores, conquistadores e autores que tinham escrito sobre a América (Colombo, Vespúcio, Cortés, Cieza de León, Benzo), apesar de não ser esse o tema da sua obra.

Logo que Cristóvão Harant dedica a sua atenção, nomeadamente, à situação geográfica da Ásia, desde o Cáucaso até a China, e mais minuciosamente à Índia aquém e além do Ganges, apoiando-se nos autores antigos, passa a descrever as diferentes partes, regiões e reinos asiáticos, como a China, o Sião, Udía [sic], Pegu, Bengala, Aracan [sic], Industão, Orixá [sic], Narsinga ou Bisnagar, Malipur, Coromandel, Cael [sic], Pescaria, Malabar, Canara [sic], Cananor?], Decam [sic, o mesmo que Dachem, Daquen?], Guzurat ou Cambaia. Apresenta também nomes das ilhas de Java, Japão, Moro [sic], Ambão, Molucas, Bornéu, Samatra, Ceilão, Diu e outros.

A seguir, Cristóvão Harant interpreta sumariamente os acontecimentos principais da expedição marítima de Vasco da Gama a Índia, com surpreendente precisão e conhecimento não somente da história mas também no que toca a assuntos quase contemporâneos na Península Ibérica:

“Quando correu o ano de 1497, no mês de Julho, D. Manuel, Rei de Portugal (é país e parte da Hespanha, que antes tinha os seus próprios reis, mas depois passou a pertencer por parentesco ao rei de Castela pertencendo neste tempo ao dono e rei de toda a Hespanha, e se considera junto com outros espanhóis um só

*povo*²⁰), depois de ter a notícia e tendo lido nas cosmografias ser possível chegar pelo mar até as Índias e depois de ter enviado via Egipto por terra a alguns que na Arábia e mais em diante contemplassem e explorassem as proximidades do mar e maneira de navegação²¹, expediu para começar quatro navios com homens armados para investigarem a possibilidade de chegar directamente pelo mar até às Índias. O capitão-mor da armada chamou-se Vasco Gama, cavaleiro. Este, mantendo-se sempre ao longo das costas da África, dirigiu-se sempre rumo ao nascer do Sol, até chegar a montanhas muito altas e que se estendiam a 6.000 léguas italianas da terra para o mar. Vindo-se obrigado passar mais em diante deixando-as de lado, foi muito atemorizado por horríveis tempestades, ventos, chuvas, frio, trevas e golpes do mar que em certas temporadas (como por exemplo nos nossos países no Outono) são tão terríveis e tremendos que não permitem passar por ali a nenhum barco e são também pelo resto do ano bastante perigosos por causa dos ventos que, por ambos os lados daquelas montanhas, rumam da terra ao mar, entrechocam, e o movem tão violentamente, que não há quem recordasse que alguém tivesse alguma vez passado de aqui em diante, senão pelo contrário cada qual retornava daqui considerando ser aqui de certo o fim do mundo. Gama, porém, a despeito da vontade de todos os seus marinheiros, pôs-se nos golpes e ondas do mar e navegaram sem saber se era de dia ou de noite, e arriscando as suas vidas, mas mais de tudo se preocupavam de não ser impelidos pelos ventos com vergonha de volta. E ocorreu que depois de muitos perigos passaram com alegria ao mar calmo sabendo ter as montanhas detrás de si. E vieram pelo lado países formosos e férteis, dirigindo-se aos mesmos. E como iam navegando com esperança até aquele momento e até hoje cada quem perpassa os ditos montes com uma esperança receosa, chamou-os primeiro Promontorium bonae spei, em italiano Capo di buona speranza, isto é Promontório (Cabo) de

²⁰ Observação correspondente à época da redacção do texto, i.e. à época dos reis Habsburgos no trono português.

²¹ Parece referir-se às expedições de Pero de Covilhã e Afonso de Paiva, em 1487 e seguintes.

Boa Esperança. Ali é onde mais navios e, as vezes, armadas inteiras se perdem quando não dão com bom tempo, que por aqui é muito raro.

Deixado atrás o mar perigoso, Gama manteve-se perto da costa fazendo parar em numerosas cidades e regiões nas quais foi aceite com amizade em muitos casos, sendo em geral estranho a todos com os seus navios e gente, por não terem avistado nunca semelhantes naquele mar. Por fim, chegou até as Índias, a Calecut, onde foi recebido por seu rei com solenidade e alegria. Mas isso não teve longa duração, por causa de grande quantidade de árabes e maometanos da Turquia e de outros lugares que naquela cidade mantiveram comércio, conduzindo de ali aos seus países especiarias e pedras preciosas e que temiam de que os portugueses os afastassem e rompessem os seus negócios, os caluniaram ante o rei e até armaram um conflito na cidade contra eles, no qual pereceram cerca de cinquenta portugueses. Por isto, Gama –estando nos seus navios– declarou guerra ao rei e pôs-se a pilhar os barcos que estavam no porto de Calecut, nos quais encontrou e se apoderou de muitas mercadorias; o resto destroçou por peças de artilharia, queimando e disparando tiros na cidade e dando grande prejuízo ao rei com a sua atitude. Logo saiu dali e dirigiu-se a um rei, tributário do de Calecut, induzindo-o a que renegasse o de Calecut para lutar contra ele junto com Gama, do que poderia contar-se muito mais ampla e dilatadamente. Mas, enfim, carregadas as naus com cousas preciosas, Gama dirigiu-se de volta a Portugal e chegou em ordem com três embarcações em 1499, sendo-lhe dadas umas sinceras boas vindas pelo povo local.” (pp. 132–133)

Tal é, pois, a descrição dos acontecimentos iniciais da presença dos portugueses na Índia, como a apresenta Cristóvão Harant, desde o primeiro acolhimento amistoso até ao desentendimento acontecido entre os europeus e os asiáticos.

No mesmo livro de viagens de Harant segue-se a narração sobre a frota de Pedro Álvares Cabral que pelo rasto de Vasco da Gama foi enviada a Índia, sem se fazer a mínima alusão ao achamento do Brasil naquela ocasião:

“Depois, no ano de 1500, o Rei D. Manuel enviou outros treze navios e em eles 1.500 homens armados, com a ordem de montar ali praças-fortes e quartéis. O capitão foi Alvarus Capralis. Ele navegou com sucesso e a salvo até

às ditas montanhas de Boa Esperança onde, no momento de chegar, ficou cercado por trevas, ventos terríveis e temporais que, antes de passar por eles, viu quatro naus agarrados pela borrasca e afundados com todos e tudo o que houve neles, de maneira que quando passou, encontrou somente seis barcos. Três foram repelidos em outro rumo e chegaram de volta a Portugal.

Com os seis navios mantinham guerra contra o rei de Calecut, até que depois o rei mandou de Portugal a aquelas terras outros dez barcos, depois cinco no ano de 1502, seis no ano de 1503 e naqueles anos sempre a dez, seis, quatro, e mais ou menos barcos dos quais cada ano sempre uma parte maior ia de volta a Hespanha carregados de mercadorias e de considerável lucro para o rei por toda a carga.” (pp. 133–134)

Seguidamente, Cristóvão Harant relata sobre as origens do chamado Estado da Índia, sobre a penetração militar (construção das praças fortes em Cochim e outros sítios; a campanha de Ormuz) e sobre os começos do governo e administração nestas regiões:

“...no ano de 1510 conquistaram por força e por ataque a cidade chamada Goa, que é grande, forte, formosa e situada quase a metade daquelas Índias litorais. E nela arranjaram a sede do governador do rei espanhol [sic]²². É que durante os poucos anos tanto se fortaleceram naquelas regiões, povoando com a sua gente outras cidades e fortalezas que é preciso terem o seu supremo administrador para que reja outros administradores, chamando-se aquele Vicerex, isto é, vice-rei. Este se substitui a cada três anos e no seu lugar vem enviado outro. Dispõe dum tribunal, duma chancelaria e regimento jurídico, tudo à maneira do rei de Hespanha. Caso se trate de alguma cousa extraordinária, se pode apelar a Hespanha ao conselho real secreto. Tem também suas guardas e soldados, cortesãos, cornetas, mantém uma corte real, tem vários milhares de rendas anuais, além dos presentes que lhe dão e enviam, por sua entrada ao cargo, todos os reis, vassallos e aliados, pelos tratados hereditários e também capitães das praças fortes e cidades ou funcio-

²² Noutro lugar –ver a nota 20–, o autor distingue entre os reis de Portugal e da Espanha, mas aqui e em adiante adapta-se à situação da época quando Felipe II passou a ser também o rei de Portugal.

nários e além de outros recebimentos também o que obtêm em ouro, pedras preciosas, etc., de comerciantes e o povo súbdito de boas-vindas ou por renovar os tratados hereditários.” (pp. 134–135)

O nobre checo presta atenção também a certas características da sociedade colonial que atraíam o seu interesse pelo facto de serem diferentes da realidade conhecida por ele:

“...Os portugueses por não terem frequentemente esposas da sua região, por ordem dos seus superiores, casavam com mulheres e donzelas nativas em todos aqueles países onde se lhes ocorreu estabelecer e fixar. E os filhos daqueles, isto é do pai espanhol ou português (por corresponder os dois nomes a uma só nação) e da mãe indiana, chamam-se mestiços, e os engendrados do pai e mãe portugueses chamam-se castiços, mas todos são igualmente de cor morena ou moura, segundo a natureza do sitio onde vivem.

Mantêm uma vida sumptuosa, preciosa pelo ouro e prata, possuindo o maior número possível de escravos e escravas cativos para lhes servirem e que pelo seu trabalho e diferentes ofícios devem sustentar seus amos. É que estes se envergonham do seu ofício e todos desejam somente chamar-se e ser amos... E todos, em geral, incluso os diferentes artesãos, se esforçam o máximo para poder usar os famosos títulos tendo comprado do vice-rei mesmo ou por intermédio de alguém na corte de Hespanha o privilégio para poder subscrever-se fidalgo da casa do rei nosso senhor, ou cavalheiro fidalgo apesar de nunca ter tocado armadura, ou moço de câmara do número e serviço, e de outra maneira. A outros, que não são da sua classe, falam infamemente, mas segundo o provérbio «apesar de tudo, um vilão não sabe esconder-se por completo; ainda que se esconda debaixo de um banco, sempre lhe ressaem os sapatos...»” (pp. 135–136)

A crítica à avidez dos títulos e do lucro, e da administração colonial portuguesa, vai ainda mais longe:

“A quem o vice-rei quiser distinguir e premiar com insígnies títulos e benefícios, o faz capitão confiando-lhe um, dois ou mais barcos em seu poder e contratando cem, duzentos e mais ou menos de aqueles cavalheiros a soldo e lhes entrega e paga além dos títulos e da tença e tudo o que lhes corresponder, inscrevendo os seus nomes em livros ou registos, para três ou seis meses, e os manda a lutar contra os inimigos.

E saindo, visitam algumas cidades amigas e ocorre também frequentemente, que não se movem da primeira onde chegaram a nenhum outro lugar. Passados os três meses ou outro tempo que lhes foi determinado, têm o direito de voltar outra vez ali donde saíram. E estando de volta, tanto os capitães como os seus companheiros granjeiam eminente gratidão do vice-rei sobre o seu comportamento valente, a sua luta contra os inimigos na armada real, etc., e conseguem tantas honras e favores quantos ele lhes confere ou quantos conseguem comprar pelos presentes que oferecem. Ao mandar logo –ou eles mesmos trazerem– os ditos testemunhos a Hespanha, não diria ninguém de que respeito e estima eles lá gozam, assim como de cargos, frequentemente, como o de capitão, alcaide e outros mais do que um só, não somente para si, mas também p. ex. para um bom amigo a quem pudesse vendê-lo. E, em geral, são tão ávidos de honra e glória que ao se encontrarem, um cumprimentaria a outro desde longe com o beijo as mãos, com uma mesura e com tirar o chapéu diante dele até o solo, e se o outro não fizer uma barretada igual ou não tirar o chapéu ou, caso que mande a outro o seu servidor que passa adiante dele com um recado de que pensava visitá-lo, aquele não saia a recebê-lo até a porta da casa com o chapéu nas mãos e não o faça entrar a sua casa e não o assente numa cadeira de baldaquim ou numa almofada, terá uma inimidade eterna com aquele e muitos pensarão de várias maneiras, e com amigos procurarão como fazê-lo desaparecer deste mundo como seu inimigo jurado.” (pp. 136–137)

Para outros temas, como por exemplo os costumes dos indianos por ocasião de boda, de baptismo e da sua vida religiosa, peculiaridades na comida, no vestir, o tema das doenças, do tempo, da moeda ou medidas, e muitos mais, Cristóvão Harant remete para autores como Jan Huygen van Linschoten, Gotthard Arthus, Duarte Lopes e Tomás Lopes.

Nos parágrafos que se seguem, dá-se conta dos portos e cidades dominados pelos portugueses: de Damão até Goa, Baçaim, Chaul, etc. No relativo a Malabar, além de Goa, faz-se referência a Onor, Barsalor, Mangalar, Cananor e Calcut. Continuando, divulgam-se os toponímicos de Cranganor, Cochim e Coulião. Segue-se a região de Coromandel ou Narsinga ou reino de Bisnagar, com as praças-fortes de Negapatan, Musulepatan ou a cidade de São Tomé. Outros

reinos segundo Cristóvão Harant são o de Bengalen [sic], o de Bengala com os Portos Grande (i.e. Chatigam) e Pequeno (i.e. Sategão), os reinos de Aragan [sic], Pegu e Sião. Estas últimas regiões mereceram bastante atenção, dizendo-se acerca delas:

“... naquelas [os portugueses] têm várias cidades em seu poder e ali negoceiam livremente, apesar de terem aqueles países os seus próprios reis poderosos, alguns deles pagam tributo e outros, de boa vontade, lhes permitem tudo, nomeadamente em Sião, onde têm cidade grande e excelente para todas as ocasiões, e –por certo– cidade de comércio mais primorosa de todas as que há naqueles países, seja para carregar muitos navios de diferentes cousas raras, seja pela proximidade da China, Java, Sumatra, etc. Têm ali praça forte e também Diocese. Conquistaram a cidade com grande derramamento de sangue dos povoadores e encontraram nela naquele tempo 9.000 peças de artilharia e outras cousas segundo Osorius relata com suficiente detalhe.” (p. 138)

As linhas que se seguem falam de Malaca, dos Cabos de Singapura e Sinosura²³ e dos reinos Pan e Patame [sic]²⁴ que chegam até o reino da China:

“...onde os portugueses também realizam o comércio. Mas em Macau e Cantão não têm nenhuma praças-fortes por ser o rei da China demasiado poderoso em comparação com eles e por não lhe faltar qualquer cousa militar; e caso fosse ele tão ávido de países e reinos estrangeiros como os espanhóis²⁵, poderia dominar todos que se encontram debaixo do controlo espanhol, mas contenta-se com os seus quinze reinos que estão situados juntos e limitados por montes, rios e muralha, abrangendo uma só nação, e por causa das fronteiras tão excelentes consideradas por inconquistáveis, por tê-los o rei cercado com castelos e fortalezas à maneira duma cidade, do que não vou tratar aqui.” (p. 139)

Seguem as referências as ilhas e reinos de Java, Sumatra e Japão “onde os portugueses ou comerciam, ou os dominam por terem-se apoderado deles; demorar-se-ia muito em relatar de todos”. (p. 139)

Depois, o interesse de Cristóvão Harant volta para a Índia Citerior referindo detalhadamente do reino de Cambaia: da cidade de Diu “...que antes foi do rei de Cambaia, mas agora é dos portugueses que tem ali uma praça forte inex-

pugnável” (p. 139), e de Ormuz. Na relação com estas duas cidades, acentua-se o comércio internacional e as enormes riquezas em pedras preciosas, pérolas, seda, telas bordadas a ouro e prata, tapeçarias, substâncias aromáticas, confeitos e outras delicadezas. Os portugueses recebiam nestas partes consideráveis somas financeiras em forma de tributo, taxas alfandegárias e outros impostos “...de maneira que, junto com o governo de Goa, mais se esforçam por administrar estes dois sítios, por razão de grandes benefícios e presentes que lhes cabem de parte dos potentados e comerciantes”. (p. 139)

O tom crítico orientado contra a avidez de riquezas e interesse próprio por parte dos portugueses nas terras asiáticas soa também face à possibilidade de fazer frente aos turcos nos seus pontos fracos entre os quais o autor considera a fronteira turca com a Pérsia e a Síria. É um tema de particular interesse de Harant por ter lutado pessoalmente vários anos (1593 a 1597) contra os turcos na Hungria e por ter conhecido também, por experiência própria, uma parte do Próximo Oriente e Norte de África durante a sua viagem à Terra Santa. Os dois temas, a crítica do egoísmo e uma eventual campanha antiturca, entrelaçam-se nos seus comentários. Diz:

“Naquelas partes, os portugueses tentavam mais amiúde penetrar pelos rios Eufrates e Tigre, águas acima, até à Turquia, mas por razão da impetuosa corrente dos rios e grandes rochedos não puderam passar com os navios enormes e de carga pesada. Por terra poderiam facilmente passar por ali até à Síria e dali em diante, etc., mas para isso carecem de concórdia para juntar vários milhares de homens e para gastar alguma coisa em instrumentos bélicos. E certamente, naquelas partes o turco é muito mal assegurado e não tem ali nenhuma fortalezas seguras, salvo algumas muito ruino-

²³ Parece um erro do autor tomado da obra de Linschoten.

²⁴ Aqui não fica muito claro se se pode tratar dos antigos reinos Panauti e Patan no actual território de Nepal ou mais bem do antigo reino Pan Pan e a região Patani na actual Tailândia. O contexto é demasiado sumário e neste caso Cristóvão Harant não indica a sua fonte.

²⁵ O autor, falando de espanhóis considera sempre também os portugueses.

sas, e poucas, somente contra os persas dos que sabe que não se ocupam muito de conquistas e artilharia. O pior dos espanhóis²⁶ naquelas partes é agora o facto de se entregarem à avareza e negócios e cada poderoso não cuida de outra cousa que a de cavar dinheiro no breve período do governo que lhe esteja destinado e de voltar à sua pátria com uma bolsa cheia, de maneira que de eles é válida a locução: se danno bene gl'offici, ma non se danno le discretioni, o que quer dizer: neste mundo é fácil outorgar officios e cargos variados, mas seria preciso dar aos funcionários também lucidez e senso”, para saberem e darem-se conta de “por que razão louvável foram enviados pelo seu Rei e senhor àquelas regiões, não para cuidarem somente do seu interesse próprio, mas antes do bem comum e do Rei, e que seria proveitoso para toda a cristandade que o objectivo dos soberanos reais fosse prejudicar naquelas partes o inimigo principal de toda a cristandade, o turco, privá-lo de terras e conquistá-las para o seu Rei como o fizeram louvadamente, faz cem anos, os seus antepassados. Porém, a partir daquela altura não se vai adquirindo nada, pelo contrário, se vai perdendo como comunicarei mais adiante.

Os turcos tentaram várias vezes obstaculizar aos espanhóis²⁷ com a armada da parte de Ormuz, ainda antes de estes terem conquistado Ormuz e Diu, mas foram derrotados por completo e mortos, nomeadamente por Almeida e Albuquerque, governadores superiores dos espanhóis que, depois das derrotas, não sabendo pensar nisso com antecipação, conquistaram e se apoderaram de tais cidades fortes e proveitosas como Ormuz e Diu. Pelo que os turcos naquela parte, queiram ou não queiram, devem manter a paz e entregar aos portugueses grandes taxas alfandegárias e impostos de todas as mercadorias que levam às Índias, ou pelo contrário trazem dali, por não poder nem permitir-se-lhes passar por outro caminho senão ao longo daquelas fortalezas.” (pp. 141–142)

O tema dos turcos e a crítica aos cristãos (os portugueses) aparece ainda nas relações dedicadas à Arábia e ao Mar Vermelho, fazendo-se mencionar p.ex. o Cabo Guardafui, Adem, Tór e Suez como pontos mais importantes (p. 143) e remetendo para os inconvenientes geográficos e para o egoísmo que impedem a reconquista da Terra Santa, entre outros territórios, pela cristandade. Outra consequência da falta de responsa-

bilidade dos portugueses no respeito ao bem comum, vê Harant na presença sempre mais marcada dos holandeses nos territórios conquistados outrora pelos lusitanos:

“Mas como já tenho referido, [os portugueses] pela sua própria avareza e preguiça que tem origem nas grandes luxúrias, deram causa aos povoadores daquelas terras indianas, em medida considerável, que quando faz alguns anos os holandeses, ou Estados, tentaram vir pelo mesmo caminho àquelas partes e sim chegaram ali, foram aceites amavelmente por muitos dos reis, de maneira que não somente seguem vindo cada ano com um número nada desprezável de navios e praticam comércio dirigindo-o ao seu país e dali aos nossos, e à Dinamarca, Suécia, Polónia e às terras moscovitas, etc. pelo que não somente tem diminuído muito consideravelmente a renda do rei espanhol²⁸ e de todos os países que lhe pertencem, mas revoltaram também numerosos reinos das Índias contra os espanhóis, como são os reinos de Candy [sic], Sumatra, Bantam, Ternate, Patani, Achin [sic], Merte calo [sic], Ior [sic], Calecut e outros que não só vendem de boa vontade muitas mercadorias aos holandeses, mas também alguns deles lhes permitiram construir fortalezas e assentar-se ali. Apenas o futuro mostrará o que saia daquilo.”²⁹ (p. 143)

Para terminar o tema dos holandeses, Cristóvão Harant refere sobre a navegação de Barents de 1594, cujo objectivo foi alcançar as Índias Orientais pelo Norte, circum-navegando a Escandinávia e dirigindo-se ao Oriente, mas por falta de víveres e por ser o mar gelado, a expedição teve que voltar, atingindo somente a Novaya Zemlya.

Ainda que publicada em 1608, a obra de Cristóvão Harant reflecte os conhecimentos que o seu autor adquiriu, com base no estudo da literatura e por experiência própria, em finais do século XVI. Quanto à presença dos portugueses nas Índias Orientais, é a fonte mais completa

²⁶ Ver a nota anterior.

²⁷ Ver a nota 25.

²⁸ Um dos reis habsburgos, que a partir de 1580 o foram também de Portugal, Filipe II ou Filipe III de Espanha.

²⁹ É provável que neste lugar o autor se refira as viagens de Cornelis van Houtman (1595 a 1598) a Java e às dos seus sucessores.

e profunda que naquela altura pôde chegar ao leitor checo na sua própria língua: apresenta amplos dados históricos, geográficos e da economia mundial, assim como observações detalhadas acerca da religião e estratificação da sociedade de povos extraeuropeus a dos seus contactos (ora amistosos, ora hostis ou concorrentes), eventualmente da sua miscigenação, com os europeus. Cristóvão Harant não é um simples intérprete de informações alheias, mas demonstra uma capacidade de crítica, expressando juízos próprios, p.ex. quanto à conduta dos colonizadores europeus na Índia ou quanto às relações internacionais na região do Próximo Oriente (ameaça turca) e das Índias orientais (a penetração dos holandeses). O seu panorama geográfico, histórico, político e social das regiões pertencentes temporariamente ou a prazo mais duradouro sob a influência dos portugueses não foi superado no ambiente checo, provavelmente, até aos séculos XVII e XVIII, quando as relações dos missionários jesuítas e franciscanos baseadas na própria presença na Índia (porém, fragmentadas em observações parciais, menos abrangentes), ou até ao século XIX. Mas a situação no Oriente naquela altura era já demasiado diferente da do século XVI, estando a influência portuguesa reduzida ao mínimo.

Em comparação com a *Cosmografia checa*, a obra de Cristóvão Harant destaca-se por uma profundidade e complexidade muito maiores quanto ao tema de nosso interesse, somando-se a eles ainda um marcado sentido crítico, raro em obras dos seus contemporâneos.

As Índias Orientais em outras fontes: cronologias e crónicas

O tema dos portugueses e dos descobrimentos e das conquistas do ultramar no século XVI aparece ainda em mais escritos quinhentistas, em língua checa, mas geralmente a sua importância não é comparável às informações contidas na *Cosmografia checa* de Zikmund de Púchov ou na obra de Cristóvão Harant.

Surpreendente pela sua dependência de autores antigos e das imagens medievais dos monstros humanos que vivem em regiões pouco exploradas pelos europeus, resulta a tradução para o checo da muito difundida obra de Johann Boehme Aubanus³⁰. A explicação deve-se ao facto da sua edição original latina datar de 1520. A obra foi alvo de repetidas edições a partir de 1538, de traduções e inclusivamente ampliações

no mesmo século XVI o que, porém, não significou praticamente nenhuma reavaliação do seu conteúdo. A obra divide-se em três partes: Ásia, África e Europa, não havendo menção alguma da América, de novas ilhas ou de Novo Mundo, nem da descoberta do caminho marítimo a Índia. O mesmo esquema original é seguido também pela tradução checa publicada em 1579 na cidade de Olomouc e feita por João Mirotický de Kroměříž (Jan Mirotický z Kroměříže)³¹, se bem que ele no seu prefácio mencione a *Cosmografia checa*, explicando o seu esforço por completar, no livro recém traduzido, os dados relativos ao Marçgraviato Moravo recorrendo a informações de outras fontes. Parece que as discrepâncias substanciais entre Boehme e a *Cosmografia checa*, no que respeitou ao estado dos conhecimentos geográficos actuais sobre regiões extra-europeias, não o deixaram nada preocupado.

Diferente é o caso de outra das crónicas quinhentistas muito populares na Europa, a de Johann Carion, publicada originalmente em alemão em 1532. Cedo foi traduzida para Latim, e várias vezes ampliada e publicada em numerosas edições³². Somente algumas delas contêm no apêndice umas referências não muito precisas sobre o descobrimento da América e sobre as conquistas portuguesas na Índia (ed. Veneza 1553). A tradução para Checo deve-se a Burian Sobek de Kornice e saiu em 1541³³. Mais tarde, esta tradução foi revista, corrigida e também ampliada—até à morte do Imperador Maximiliano II, i.e. até 1576—, e publicada por Daniel Adão de Veles-

³⁰ Johann Boehme (Boemius) Aubanus, escritor da primeira metade do século XVI, nascido na cidade de Aub na Bavária. Escreveu em Latim. A sua crónica *Omniium gentium mores, leges et ritus* em 3 tomos foi publicada em 1520; a sua tradução italiana em 1549 em Veneza; a tradução para Checo em 1579.

³¹ Jan Mirotický z Kroměříže, *Obyčeje, práva, řády anebo zvyklosti všech národův* (Costumes, direitos, ordens ou usanças de todas as nações), Olomouc, imprensa de Jan Olivetský, 1579.

³² Johann Carion (1499–1538), historiador e matemático alemão. A sua crónica vai até ao ano 1532. Depois, foi aumentada e publicada por Melancthon como *Carionis chronicon*.

³³ Jan Karyon [Johann Carion], *Knihla kronik o všelijakých znamenitých věcech od počátku světa zběhlých* (O livro das crónicas sobre várias cousas extraordinárias acontecidas a partir do princípio do mundo), trad. de Burian Sobek z Kornice, Litomyšl, 1541.

lavín (Daniel Adam z Veleslavína) em 1584³⁴. Nela encontramos uma descrição bastante ampla sobre os acontecimentos do ano de 1536 no reino de Cambaia:

“No mesmo ano de 1536, o magnífico Rei de Portugal D. João³⁵, filho do grande Rei D. Manuel, obteve uma gloriosa vitória contra os infiéis do reino de Cambaia, dito também Guzarate, que se situa na Índia. Sucedeu que D. João, por meio dos seus capitães que comandavam o seu exército na Índia, dominou a região adjacente ao mar e sujeita ao rei de Cambaia. E este mesmo rei, apesar de contar com várias centenas de milhares de homens em campo, não podendo fazer frente a aquele, submeteu-se e fez um acordo com os portugueses, passando-lhes duas cidades primorosas do seu reino, com todas as dependências e domínios. Uma das cidades tem sido Baçaim, a mais forte, e outra, Diu, a mais rica. Ambas contavam com cerca de seiscentas povoações com várias cidades pequenas e com terras férteis de até vinte léguas. Destas duas cidades, o Rei de Portugal obtinha pelo menos cem mil ducados anuais de tributo e pagamentos regulares, além de bosques, nos quais se há-de cortar madeira para as naus e embarcações na Índia, e outras cousas. Naquelas lugares, o Rei de Portugal mandou pregar e inculcar a fé cristã, etc.” (p. 371)

Precisamente a cristianização –juntamente com as conquistas militares e o comércio– foi uma das metas principais do homem português do século XVI. O feito de se ter atingido o Japão refletiu-se também na literatura da época: compare-se o escrito de *Nuove lettere delle cose del Giappone, paese del Mondo Novo, 1579–1581*. Em Checo, apareceu provavelmente em 1585 em Olomouc uma notícia sobre a missão do Japão perante o Papa Gregório XII *Správa toho všeho... když ... Papež slyšení dával poslům kráľuov Japonských*³⁶ (Notícia acerca do que aconteceu quando o Papa deu audiência aos enviados dos reis de Japão). Contem três cartas de japoneses dirigidas ao Papa com a petição de cristianizar os moços nobres que chegam a Roma. O Japão apresenta-se como “os confins mais remotos de todo o mundo...” (f. 6v). Faz-se referência também à missão de São Francisco Xavier (f. 10v) e agrega-se “Uma breve relação da mesma ilha de Japão” (f. 14v), sobre a sua extensão, o número dos reinos e senhorios, sobre o ouro e prata, o clima.

Quer dizer que, neste caso, o público checo obteve informações (apesar de muito breves e de

carácter eclesiástico mais que geográfico) relativos a uns quatro decénios após a descoberta do Japão e tres após da chegada do apóstolo das Índias ali, mas só a uns poucos anos do acontecimento descrito na obra (i. e. a vinda dos japoneses a Roma).

O Brasil depois de 1500 como tema da literatura checa

Este tema é o melhor elaborado, se bem que nem sempre foi considerado no contexto português, prevalecendo por vezes o interesse pelas viagens castelhanas. É que o escrito mais velho que em checo trata do território português na América do Sul é o já referido *Tratado das novas terras e do novo mundo do que antes não temos tido nenhum conhecimento, nem temos ouvido nada dele* (*Spis o nových zemích a o novém světě, o němžto jsme prve žádné známosti neměli ani kdy co slychali*) compilado e publicado perto do ano de 1506 por Nicolás Štětina alcunhado Bacharel (Mikuláš Štětina Bakalář).³⁷ Esta informação é baseada principalmente na carta de Américo Vespúcio, que pela primeira vez introduziu no conhecimento dos europeus o termo “Novo Mundo”, e foi complementada por outras fontes relativas às anteriores viagens de Cristóvão Colombo e seus sucessores rumo às ilhas do Caribe. Tanto por esta última razão como pela

³⁴ Uma nova edição revisada e ampliada por Daniel Adam z Veleslavína sob o título *Kronyka světa. O znamenitějších věcech a proměněnách, kteréž se kde a kdy hned od počátku v světě budio při náboženství a církvi, aneb při královstvích zemských přicházely a zblíhaly* (Crónica do mundo. Sobre cousas notáveis e câmbios, onde e quando estes ocorreram e se passaram no mundo desde o mesmo início, seja referente à religião e Igreja, seja nos reinos terrenos), Praha 1584. Adiante vamos citar esta edição. (A terceira edição fez-se pelos herdeiros deste, em 1602.)

³⁵ João III (1521–1557).

³⁶ *Správa toho všeho co se jest dalo v Římě... když ... Řehoř XIII. Papež slyšení dával poslům kráľuov Japonských*, [Olomouc, 1585], ed. por Stanislav Pavlovský. Existem vários exemplares incompletos da obra traduzida que se tinham atribuído a B. Hostounský de Litomyšl (ver *Knihopis...*, No. 3032), mas esta hipótese foi refutada (ver *ibid.*, *Dodatky*, T. II, Parte III, Praha 1996 que o identifica com o No. 17332).

³⁷ Comp. a nota 16.

errônea observação de Štětina, que põe a expedição de Vespúcio do ano 1501–1502 ao serviço dos Reis Católicos, Isabel de Castela e Fernão de Aragão, causaram que o texto na historiografia americanista checa não tem sido analisado sob ponto de vista português. Não tanto no referente às condições históricas, mas sobre tudo no que toca o factor etnológico: os povoadores descritos por Štětina (i.e. por Vespúcio) são os representantes dos povos tupi moradores no momento da chegada dos europeus da beira-mar do Brasil com as características típicas destas tribos (decoreação das caras, lábios e orelhas com pedras consideradas preciosas, ou ossos) e com os seus costumes (a suposta antropofagia descrita também por autores posteriores).

É importante acentuar que precisamente esta imagem do índio tupi viria a formar no futuro próximo a imagem do habitante americano na Europa, como pode verificar-se tanto na literatura, como na iconografia coetâneas.

Menos precisas são as referências às navegações de Américo Vespúcio, no que se refere aos anos de 1492 [!] e 1497 [!], em *Registo histórico* (Rejstřík historický), tradução de 1596 por Benjamin Petřek de Polkovic (z Polkovic) da obra latina de Abraham Buchholzer *Index chronologicus*.³⁸

Depois de ter aparecido, entretanto, a problemática brasileira conforme relato vespuciano na *Cosmografia checa*³⁹, publica-se uma breve observação – mas de conteúdo novo – no *Calendário histórico* (Kalendář historický) de Daniel Adão de Veleslavín (Daniel Adam z Veleslavína) do ano de 1590 no qual, pela primeira vez em checo, se faz uma explícita referência ao descobrimento de Brasil, ao nome do seu descobridor Pedro Álvares Cabral e à matéria prima importada dali, pau-brasil.⁴⁰

No mesmo ano de 1590 foi concluída também a tradução para checo da obra de Jean de Léry *História da navegação à América que também se chama Brasil*, bastante divulgada na Europa da sua época, publicada primeiro no original francês (1578), mais tarde em latim (1586 e 1592) e alemão (1593). Da primeira edição latina fez-se uma tradução muito pronta ao checo (1590).⁴¹ Descreve o intento dos franceses de estabelecer uma colónia no Brasil, na baía de Guanabara, nos anos de 1555–1560. Este tipo de literatura, proveniente de autores protestantes e que reflectia a ideologia da Reforma europeia, agradava aos círculos não católicos, dando lugar

à crítica da conduta sangrenta dos espanhóis, dos portugueses e dos católicos franceses, dirigida contra os seus adversários – seja de fé, de nacionalidade ou de etnia.

Digno de atenção resulta, não só o feito da velocidade com que a edição latina foi seguida da tradução checa – só quatro anos –, mas também o conteúdo do prólogo escrito pelos tradutores protestantes Mateo (Matěj) Cyrus e Paulo (Pavel) Slovák que reflectia a atmosfera de intolerância religiosa na Europa e na mesma Boémia nos finais do século XVI, criticando a falta de

³⁸ *Rejstřík historický. To jest: Krátké summovní sečtení a jistý pořádek let od stvoření světa až do narození Pána našeho Ježíše Krista a odtud až do léta Páně 1596* (Registo histórico. É dizer: Breve enumeração e ordem de anos desde a criação do mundo até o nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo e desde ali até ao Ano do Senhor de 1596), Praha 1596. Tradução por Benjamin Petřek z Polkovic de Abraham Buchholzer, *Index chronologicus*, in: *Isagoge Chronologica*, 1580.

³⁹ Ver a p. 174 deste texto.

⁴⁰ Daniel Adam z Veleslavína, *Kalendář historický. Krátké a summovní poznamenání všechněch dnův jednoho každého měsíce, přes celý rok...* (Calendário histórico. Breve e sumária anotação de todos os dias de cada mes ao largo de todo o ano...), Praha, 1^a. ed. 1578, 2^a. ed. 1590. Adiante vamos citar esta segunda edição. Ver também Simona Binková, “Pedro Álvares Cabral, a sua navegação e o seu reflexo na historiografia checa”, *Ibero-Americana Pragensia*, XXXIV, 2000, pp. 11–17.

⁴¹ Jean de Léry, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil, autrement dite Amérique...*, La Rochelle 1578, 2^a ed. Geneve 1580. A tradução latina *Historia navegationis in Brasiliam, quae et America dicitur*, Geneve 1586. Na colecção de Theodor de Bry apareceu em latim (t. III, Francfort 1593) e na tradução alemã em 1594. A tradução checa *Historie o plavení se do Ameriky, která i Brasilia slove* (ms. da biblioteca da família Fürstenberg do castelho de Křivoklát, sign. I C 20) efectuou-se em 1590. A edição moderna da tradução quinhentista com o mesmo título a cargo de Quido Hodura e Bohuslav Horák, Nakladatelství ČSAV, Praha 1957. Comp. também Oldřich Kašpar, “Une contribution aux débuts du colonialisme français sur le hemisphere occidental”, em: *Archiv Orientální* 51, N^o. 4, 1983, pp. 301–309, ou id., “Actividades francesas em Brasil a mediados del siglo XVI y su repercusión en Bohemia”, em: *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien* 43, Toulouse 1984, pp. 23–24.

sinceridade, de justiça, de amor e harmonia entre os cristãos. Em contraste com isso apreciam o suposto amor fraterno e filial dos indígenas. Desta maneira, a visão do outro contribuía já no século XVI para a auto-reflexão dos europeus.

Também Venceslav Budovec de Budov (Václav Budovec z Budova), executado em 1621 por ter participado na sublevação dos protestantes checos, inclui em alguns dos seus escritos menções ao Novo Mundo. Por exemplo, em *Tratado breve sobre a idade de ouro futura, já por vir de 1584*,⁴² como reflexões de tipo religioso, referentes à divulgação da fé cristã na Idade Antiga e Moderna. Entre outras coisas, também conhecia a história dos franceses no Brasil referida anteriormente (“*E em livros portugueses encontramos que os huguenotes franceses no reinado do seu rei Henrique II fundaram no dito país, na região que se chama Guanabara, junto ao porto Brasileiro, uma cidade. E que pregando na forma mais limpa o Evangelho de Nosso Senhor, muitos por ordem do Rei de França receberam lá a coroa de mártires.*”)⁴³

É sintomático que este humanista checo ficasse curioso com as novidades de nível mundial, a que, ao longo de suas viagens pela Europa, prestava especial atenção. Entre as suas observações pessoais, encontra-se um apontamento indicando que em Paris se familiarizou com as actividades colonizadoras dos franceses no Brasil através das narrações de um de seus participantes e cronistas, André Thevet. Não fica muito claro se através de um encontro pessoal⁴⁴ ou pela leitura da sua obra *Les singularités de la France antarctique*, publicada em Paris em 1556⁴⁵. O interesse pelos novos territórios recém-descobertos encontra-se ligado em Budovec à esperança numa “Nova Idade” da cristandade, “Idade de Ouro”, idade da divulgação da luz do Evangelho, não só no ultramar, mas também contra o Islão e na mesma Europa.⁴⁶ O tema, inclusivamente a referência à América e Peru, volta a aparecer –similarmente tratado– no seu *Horologium solare, isto é relógio solar (Horologium solare, to jest slunečný kompast)*⁴⁷, um dos seus escritos anexos à publicação da sua famosa obra *Antialkoran* que foi resultado da sua estadia na Turquia e do seu interesse pessoal pelas questões religiosas, o cristianismo e islão.

Os portugueses na África

O tema da expansão portuguesa na África é o menos presente na literatura quinhentista em

língua checa, com excepção da *Cosmografia checa* de Zikmund de Púchov (ver supra). Além das descrições geográficas e de interesse comercial contidas nessa obra, o que mais atraiu os checos daquela época foi a batalha perdida pelo rei português Sebastião em Alcácer Quibir no ano de 1578. Curiosamente, em Praga no mesmo ano saíram duas versões da informação sobre o acontecimento, traduções provavelmente dum texto alemão, mas baseado este, sem dúvida, nas notícias espanholas e portuguesas: um pelo

⁴² Václav Budovec z Budova, *Krátkej spis o zlatém budoucím a již nastávajícím věku (Tratado breve sobre a idade de ouro futura, já por vir)*, conservado em uma cópia manuscrita em *Bratrský sborník Viléma Paděry Žiželického* (Miscelânea da Unidade de Irmãos redactada por Vilém Paděra de Žiželice), Biblioteca do Museo Nacional de Praga, sign. VE 24, ff. 194–213, particularmente ff. 198v. Acerca do escrito comp. Julius Glücklich, “Nový neznámý spis Václava Budovce z Budova” (Um escrito novo, antes desconhecido, de Václav Budovec de Budov), em: *Časopis Českého musea*, año XIV, Praha 1908, pp. 324–326. Edição moderna do escrito em: Noemi Rejchrtová, *Václav Budovec z Budova*, Praha 1984, pp. 199–217 e notas nas pp. 218–221. A passagem citada, na p. 203. No contexto americanista advertiu do escrito Bohuslav Horák (comp. Jean de Léry, *Historie o plavební se do Ameriky, kteráž i Brasílie slove*, Quido Hodura – Bohuslav Horák (eds.), Nakladatelství ČSAV, Praha 1957, p. 371), fazendo porém só uma breve observação sobre o tema do Brasil, mientras que Budovec menciona outros mais.

⁴³ Václav Budovec z Budova, *Krátkej spis...*, ms. cit., f. 198v.

⁴⁴ Assim o apresenta Bohuslav Horák, *Dějiny zeměpisu*, tomo II, Praha 1958; e conforme a ele também Oldřich Kašpar, *Nový svět...*, ed. cit., p. 43.

⁴⁵ Václav Budovec, na idade duns 18 anos, foi enviado a uma viagem de estudos a vários sítios do Império, a Dinamarca, Inglaterra, os Países Baixos, Francia e Itália,volvendo a Boémia em 1577, depois de uma ausência de doze anos. Thévét voltou do Brasil em 1556 e morreu em 1590.

⁴⁶ Václav Budovec z Budova, *Krátkej spis...*, ms. cit.

⁴⁷ Comp. Václav Budovec z Budova, “Horologium solare, to jest slunečný kompast”, publicado em idem, *Antialkoran...*, Praha 1614, parte III. Edição moderna do fragmento em Noemi Rejchrtová, *obra cit.*, p. 247. Edição moderna de *Antialkoran* na editorial Odeon, Praha 1989.

impressor Jiří Dačický e outro por Burian Wajda.⁴⁸ Pode ser que tanto interesse no acontecimento tenha sido despertado, não somente pela probabilidade do futuro crescimento do poder dos Habsburgos espanhóis que se ia a propagar até Portugal (tal como aconteceu com os Habsburgos austríacos no Reino da Boémia em 1526), segundo julgam alguns autores,⁴⁹ mas seguramente também pela preocupação da Europa cristã ante a ameaça turca tanto desde o Oriente, como eventualmente pelo Norte da África, como consequência da aliança do novo xerife de Marrocos com o sultão turco.

A derrota do exército cristão em Alcácer Quibir lembra-se também no *Calendário histórico*⁵⁰ de Daniel Adão de Veleslavín e nas *Memórias* (Paměti⁵¹) de Nikolás Dačický de Heslov (Mikuláš Dačický z Heslova), um burguês da cidade de Kutná Hora. Foram escritas depois do ano 1571 com o fim de resumir a história familiar, os acontecimentos locais e do país, sem a pretensão de serem publicadas. Conservam também observações da história universal e, ocasionalmente, breves apontamentos acerca da expansão dos europeus no ultramar. Quanto à batalha infeliz do ano de 1578 comenta:

*“Sebastião, rei português, saiu com o exército contra os mouros e o seu rei, para apoiar a outro rei mouro, que pendenciavam e levantaram guerra um contra o outro. Foi livrada uma cruel batalha entre eles, na qual pereceram todos aqueles três reis, mortos com muitos dos seus. A dita batalha aconteceu o dia 5 do mês de Agosto.”*⁵²

Desta maneira nos podemos dar conta do tipo de notícias que penetravam nas camadas médias urbanas despertando a atenção do ambiente checo. A diferença dos relatos mencionados mais acima, retomados *a posteriori* pelos círculos doutos e divulgados pela imprensa, os apontamentos de Mikuláš Dačický representam uma testemunha viva e imediata do que se percebia e discutia na sociedade checo falante de finais do século XVI.

Conclusões

Segundo se pode deduzir da existência das notícias em língua checa conhecidas, o público checo do século XVI estava bastante bem informado sobre os acontecimentos fundamentais daquele século, tocantes às actividades marítimas dos portugueses. Podemos-lo observar não só com base em fontes de informação

impressas e, portanto, acessíveis a um público amplo (como p. ex. o *Tratado das novas terras* de Nicolás Bakaláf, a *Cosmografia checa*, o livro de viagem de Cristóvão Harant de Polžice, tal como diferentes crónicas) que traziam além das notícias sobre o Novo Mundo –umas–, também observações acerca das regiões islâmicas de Arábia, Índia e Norte de África –as outras–. Mas surpreendentemente, tais informações não tiveram origem só em escritos de autores estrangeiros⁵³ que se traduziam para checo. Também se baseavam em relatos ouvidos dentro do país (como as observações de Nicolás Dačický) ou inclusivamente foram conseguidas por interesse próprio durante as estadias fora do país (Venceslau Budovec de Budov). Um assunto digno de especial atenção é a tradução da obra de Jean de Léry sobre o Brasil que trai os sinais do propósito de publicar o texto, mas por diferentes motivos não ocorreu. Um deles foi, evidentemente, a orientação não-católica do seu autor, do texto propriamente dito e dos seus tradutores, membros da União dos Irmãos Checos, embora o período entre a data da tradução (1590) e os acontecimentos que definitivamente fizeram impossível a sua publicação por razões políticas (1620) seja bastante longo. Entretanto, existiram vários exemplares manuscritos da tra-

⁴⁸ Jiří Hrubeš, “Periódico de octavillas checo sobre la derrota de los portugueses en África en el año de 1578”, *Ibero-Americana Pragensia* III, 1969, pp. 214–217.

⁴⁹ Kozická, op. cit., p. 40.

⁵⁰ Daniel Adam z Veleslavína, *Kalendář historický*, ed. cit., p. 36.

⁵¹ *Paměti Mikuláše Dačického z Heslova*, Antonín Rezek (ed.), vol. I, Nákladem Matice české, Praha 1878.

⁵² *Ibid.*, p. 153. A tradução é nossa. Existe outra anterior em Kozická, op. cit., p. 40.

⁵³ Sobre a existência das obras com a temática das navegações portuguesas ao Ultramar nas edições originais em línguas estrangeiras nas bibliotecas checas comp. p.ex. Jaroslava Kašparová, “As fontes para a história das actividades ultramarinas dos portugueses, conservadas na Biblioteca Estatal da RSCCh em Praga”, em: *Ibero-Americana Pragensia*, XXI, 1987, pp. 161–174; Kateřina Kozická, “Um manual português para os navegadores da segunda metade do século XVI da Biblioteca Dobrovský (outrora Nostitz) em Praga”, *ibid.*, pp. 175–177; Simona Binková, “Os descobrimentos portugueses na Biblioteca de Strahov em Praga”, *ibid.*, pp. 179–197.

dução checa segundo fica comprovado pela investigação.⁵⁴

O interesse dos checos no século XVI, voltado para o ultramar, existiu tanto no âmbito católico, como no protestante. Só se pode especular se estes obedeciam, além da ânsia pela ampliação dos seus

conhecimentos geográficos ou etnológicos, também a um desejo secreto de saber mais sobre eventuais sítios da expansão da Europa na que se fazia sempre mais candente a questão religiosa.

(Escrito em português pela autora)

⁵⁴ Oldřich Kašpar – Jiří Pešek, “Literatura sobre el Nuevo Mundo en las bibliotecas de la burguesía praguense del periodo previo a la derrota en la Montaña Blanca”, *Ibero-Americana Pragensis* XIX, 1985, pp. 211–221, esp. p. 214.